

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Capitalização da Eletrobras prepara sua privatização	2
Título: Crédito suplementar para pagar por cessão onerosa é de R\$ 34,6 bi.....	3
Título: Minério de ferro fica abaixo de US\$ 90	5
Título: Destaques	6
Título: Renova confirma recuperação judicial	6
Título: Alcoa tem prejuízo de US\$ 221 mi no 3º tri.....	8
Título: Curtas	9
Título: Petroleiras miram termelétricas a gás.....	9
Título: Relator do Orçamento diz aguardar pacote de corte de despesas	12
Título: Zema projeta obter R\$ 50 bilhões com privatizações e negocia empréstimo	13
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	17
Título: » Biodiversidade.....	17
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	17
Título: Governo propõe 2 leilões para termelétricas.....	17
Título: Governo pede R\$ 41 bi para bancar de cessão onerosa a carros de Bolsonaro.....	18
Título: Presidente da Eletrobras diz que estatal está pronta para privatização	20
Título: Salles diz que não sabe quantidade de óleo que ainda existe no mar e pode surgir em praias	22
Título: Manchas de óleo maiores chegam a Salvador e atingem oito praias	23
VEÍCULO: O Globo.....	24
Título: União aponta cinco medidas do ajuste fiscal que o estado não cumprirá	24
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	26
Título: Calote de R\$ 1 bilhão em seis meses	26

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 17/10/2019****Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito — Do Rio****Título: Capitalização da Eletrobras prepara sua privatização**

A proposta de um aumento de capital de até R\$ 10 bilhões com subscrição privada, aprovada nesta semana pelo conselho de administração da Eletrobras, tem como objetivo preparar a companhia para o processo de privatização, segundo o presidente da estatal, Wilson Ferreira Júnior. De acordo com ele, a iniciativa vai limpar o balanço e reforçar o caixa da elétrica, podendo gerar um benefício de até R\$ 5,9 bilhões para a empresa. O executivo também destacou que o governo já sinalizou que enviará ainda neste mês ao Congresso o projeto de lei de privatização da companhia.

“Em função de todas as discussões que vínhamos tendo com o governo e já também com a Câmara, esse [aumento de capital] é um movimento que prepara de forma definitiva a Eletrobras para o processo de privatização que já foi anunciado pelo governo, em particular pelo nosso secretário Salim [Mattar, secretário especial de Desestatização e Desinvestimento do Ministério da Economia], mas também por todas as manifestações públicas do nosso **ministro de Minas e Energia [Bento Albuquerque]**”, afirmou o executivo, em teleconferência com analistas e investidores para explicar a proposta de aumento de capital,

“Quero dizer do meu testemunho, como presidente da companhia, acompanhando o ministro Bento Albuquerque em todas as instâncias de negociação, com o ministro [da Economia] Paulo Guedes, com o presidente da República [Jair Bolsonaro], com o presidente [da Câmara] Rodrigo Maia, da decisão tomada do envio desse projeto de lei [de privatização da Eletrobras] até o fim deste mês”, completou Ferreira.

As declarações do executivo impulsionaram o valor das ações da Eletrobras, que fecharam o pregão de ontem da B3 com altas de 4,33% (ON) e de 4,01 (PN), negociadas a R\$ 36,37 e R\$ 37,90, respectivamente.

A valorização das ações, aliás, é fundamental para o sucesso do aumento de capital proposto pela companhia. Isso porque, a proposta do conselho da Eletrobras - preço da oferta de R\$ 35,72 (ON) e R\$ 37,50 (PN) - inclui um deságio

da ordem de 15% no preço das ações, sobre um preço de referência de R\$ 46,06 (ON) e R\$ 45,27 (PN). Esse preço foi estabelecido com base no que vinha sendo praticado até duas semanas atrás, antes das ações recuarem no mercado por causa, segundo Ferreira, da publicação de notícias que questionavam a continuidade do plano de privatização.

“Não tenho dúvida que a companhia, com base apenas nesse acréscimo de receita [de novos projetos que entraram em operação] e na sua redução de despesa, tenha todos os elementos para justificar esses valores que ela vinha praticando já há algum tempo”, disse.

Ferreira rebateu comentários de que o aumento de capital, que prevê a integralização dos adiantamentos pra futuro aumento de capital (Afacs) feitos pelo governo no passado, no valor de R\$ 4 bilhões, seja uma operação para viabilizar o pagamento de dividendos retidos para a União, contribuindo para as contas do governo. “Não há pressão do governo para a capitalização”.

O executivo acrescentou que a operação, inclusive, pode evitar desembolso de dividendos declarados do exercício de 2018, mediante a oportunidade de utilização desses créditos pelos minoritários na capitalização.

De acordo com estimativas da Eletrobras, a depender do grau de adesão de minoritários, a operação poderá gerar um benefício à companhia de R\$ 2,2 bilhões a R\$ 5,9 bilhões. Em termos de caixa, a operação poderá permitir a entrada de novos recursos entre R\$ 1,9 bilhão e R\$ 5,1 bilhões. Os cenários também incluem uma saída de caixa evitado, por meio de dividendos capitalizados pelos minoritários, de R\$ 322 milhões a R\$ 801 milhões.

Questionado sobre qual será a posição do BNDES sobre a operação, Ferreira disse não ter interação com o banco nesse sentido.

“Entendemos que o BNDES, como qualquer investidor, ou exerce ou pode comercializar seus direitos nessa operação”, disse o executivo, durante a teleconferência. O banco de fomento possui 18,72% do capital da Eletrobras.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/10/2019

Seção: Brasil

Autor: Ribamar Oliveira — De Brasília

Título: Crédito suplementar para pagar por cessão onerosa é de R\$ 34,6 bi

Expectativa do governo é de que os ministros do TCU aprovem a revisão do contrato, mesmo que seja com ressalvas

Projeto de lei (PLN 45/2019) encaminhado na noite de terça-feira pelo governo ao Congresso Nacional solicita a abertura de crédito especial no Orçamento no valor de R\$ 34,6 bilhões para a União pagar à Petrobras a compensação prevista na revisão do contrato de cessão onerosa, firmado em 2010.

Na exposição de motivos do projeto, o ministro da Economia, Paulo Guedes, informa que os R\$ 34,6 bilhões para o pagamento à Petrobras serão originários do excesso de arrecadação dos Recursos de Concessões e Permissões, tendo sido considerados no cálculo do referido resultado, constante do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas de outubro, elaborado de forma extemporânea.

O valor a ser pago à Petrobras é quase um R\$ 1 bilhão superior ao valor inicialmente estimado, de R\$ 33,7 bilhões. A razão da diferença, segundo técnicos do Ministério da Economia ouvidos pelo **Valor**, é que o valor da compensação foi definido em dólar e transformado em reais de acordo com a cotação da moeda americana que estava em vigência no momento em que cada um dos campos da cessão onerosa foram declarados comercialmente viáveis. Isto ocorreu entre dezembro de 2014 e dezembro de 2015. A partir deste momento, os valores passaram a ser corrigidos monetariamente pela Selic (a taxa básica de juros da economia).

O governo tinha até o dia 15 deste mês para encaminhar ao Congresso Nacional um projeto de lei de crédito especial para incluir, no Orçamento de 2019, a despesa com o pagamento da compensação à Petrobras. O prazo limite está fixado na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Por essa razão, o governo divulgou o relatório extemporâneo de avaliação de receitas e despesas, em que incluiu parte dos recursos que serão obtidos com o megaleilão do excedente da cessão onerosa. Se não tivesse receita suficiente em sua programação financeira deste ano, o governo não poderia ter encaminhado o projeto de lei propondo a criação de uma nova despesa no Orçamento.

Os recursos do leilão foram incluídos na programação mesmo com o Tribunal de Contas da União ainda não tendo julgado a revisão do contrato da cessão onerosa firmada entre a Petrobras e a União. A empresa estatal do petróleo já manifestou preferência pelos campos de Búzios e de Itapu, mas avisou que só participará do leilão se a União pagar a compensação que lhe deve. A expectativa do governo é a de que os ministros do TCU aprovem a revisão do contrato, mesmo que seja com ressalvas.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 17/10/2019****Seção: Empresas****Autor: Stella Fontes — De São Paulo****Título: Minério de ferro fica abaixo de US\$ 90****Analistas de grandes bancos de investimento avaliam que o preço do minério deve encerrar o ano entre US\$ 85 e US\$ 90 a tonelada**

Os preços do minério de ferro encerraram ontem com baixa de mais de 5% no mercado transoceânico, pressionados pelas crescentes preocupações com a demanda de aço na China e pela recuperação da oferta global da matéria-prima siderúrgica. Com a maior desvalorização diária desde 5 de agosto, a commodity perdeu o nível dos US\$ 90 por tonelada pela primeira vez em um mês e meio.

De acordo com a publicação especializada “Fastmarkets MB”, o minério com teor de 62% negociado no porto de Qingdao recuou US\$ 5,14 ontem, ou 5,53%, para US\$ 87,86 a tonelada. Diante desse desempenho, no acumulado de outubro, a desvalorização do minério chegou a 5,9%. Em 2019, os ganhos foram reduzidos a 20,8%. Na Bolsa de Commodity de Dalian, os contratos mais líquidos com entrega em janeiro perderam 27 yuans, para 617 yuans por tonelada.

Analistas de grandes bancos de investimento avaliam que o preço do minério deve encerrar o ano entre US\$ 85 e US\$ 90 a tonelada, com manutenção da volatilidade no curto prazo e queda de até US\$ 20 por tonelada ao longo do ano que vem - o Morgan Stanley projeta US\$ 70 por tonelada no fim do próximo ano, enquanto o Julius Baer já trabalhava com US\$ 75 por tonelada nos primeiros meses de 2020.

Do lado da oferta, há renovados sinais de normalização. No início do ano, a tragédia da Vale em Brumadinho e ciclones na Austrália reduziram a produção global da commodity, o que fez com que os preços voltassem a superar os US\$ 100 por tonelada, em maio, depois de cinco anos.

Na terça-feira, a mineradora Rio Tinto informou que as vendas a partir das operações de Pilbara subiram 1% no terceiro trimestre, ante o segundo trimestre, e 5% na comparação anual, para 86,1 milhões de toneladas.

Um dia antes, a Vale havia informado que as vendas de minério e pelotas totalizaram 85,1 milhões de toneladas no terceiro trimestre, com queda de 13,3%, ainda refletindo os impactos de Brumadinho. O número, porém, veio dentro do esperado pelo mercado e indica que há recuperação gradual na oferta.

Ao mesmo tempo, o crescimento mais lento do que o esperado dos investimentos no setor imobiliário na China tendem a afetar o consumo de aço no país, o que contribui para a queda dos preços da commodity.

Participantes do mercado ouvidos pela Fastmarkets atribuíram a queda de ontem também à expectativa de restrições menos rigorosas à operação das siderúrgicas chinesas durante o inverno, ao mesmo tempo em que se inicia a temporada sazonalmente mais fraca para os negócios da construção civil. Com margens mais fracas, as usinas tendem a olhar com ainda mais atenção para os custos da matéria-prima.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/10/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Investimentos da Copel

A estatal de energia paranaense Copel projeta investir R\$ 2,9 bilhões até 2025 na modernização da rede de distribuição, por meio da subsidiária Copel Distribuição. Segundo informações divulgadas pela empresa, em comunicado, os investimentos do chamado “Programa Transformação” abrangem a construção de aproximadamente 25 mil quilômetros de novas redes, 15 mil novos pontos automatizados e a implementação da tecnologia de redes inteligentes no Estado do Paraná. “Composto pelos projetos ‘Confiabilidade Total’, ‘Smart Grid Copel’ e ‘Paraná Trifásico’, o objetivo é aprimorar a infraestrutura, em especial na região rural, para aumentar a qualidade do fornecimento de energia e a agilidade no restabelecimento do serviço em caso de interrupções”, informou a empresa na noite de ontem.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/10/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito — Do Rio

Título: Renova confirma recuperação judicial

Um dia após a conclusão da venda da totalidade da participação da Light na Renova Energia, e a consequente saída da elétrica fluminense do bloco de controle da empresa, a geradora renovável apresentou na madrugada de ontem

pedido de recuperação judicial. A companhia declarou dívidas da ordem de R\$ 3,1 bilhões.

Desse total, segundo a Renova, R\$ 11,7 milhões são dívidas trabalhistas, R\$ 834 milhões correspondem a débitos “intercompany” e “expressivos R\$ 980 milhões” a débitos com seus atuais acionistas.

Na petição do pedido de proteção judicial contra execução de dívidas, a Renova Energia creditou a crise financeira à não conclusão do parque eólico de Alto Sertão III, no interior da Bahia. “Ocorre que, por diversas dificuldades de caixa enfrentadas pelo grupo Renova, e mesmo diante de sucessivos aportes e adiantamentos dos contratos de energia realizados por acionistas, ainda não foi possível concluir o projeto, que se encontra paralisado desde 2016, especialmente porque os recursos originalmente destinados à finalização do projeto acabaram sendo consumidos em grande maioria pelos juros e amortizações das dívidas”, alegou a empresa no documento.

Em consequência do atraso no projeto, a Renova foi obrigada a cumprir suas obrigações de fornecimento de energia por meio da compra no mercado spot (à vista). “Tal necessidade de compra tem contribuído definitivamente para o endividamento do grupo, ressaltando-se que, apenas em 2018, a despesa com tal compra de energia somou R\$ 815 milhões”.

A geradora tentou vender o projeto, com 85% concluído, à AES Tietê. As negociações, porém, foram encerradas na última semana. “Tal fato, aliado à incapacidade do grupo de suportar custos e condições da prorrogação do vencimento do contrato de financiamento do empréstimo de curto prazo com o BNDES para o projeto Alto Sertão III, deixou o grupo Renova sem alternativa que não se socorrer do pedido de recuperação judicial”.

A Renova indica como saída para a crise financeira as participações do grupo em dois projetos de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs). O primeiro, via Brasil PCH, dona de 13 usinas, já distribuiu R\$ 86 milhões de dividendos à companhia neste ano. O outro, denominado Energética Serra da Prata, formado por três PCHs, gera em média R\$ 20 milhões em dividendos por ano.

A Renova ressalta ainda a capacidade de geração de resultado de até R\$ 200 milhões por ano de Alto Sertão III, quando concluído, além da própria possibilidade de venda do ativo. “O grupo recentemente já obteve propostas de compra do parque por até R\$ 1,35 bilhão”, acrescentou a companhia.

Como esperado, o mercado reagiu mal ao pedido de recuperação judicial. As units - papéis mais líquidos da empresa - recuaram 20,68% no pregão de ontem da B3, cotados R\$ 11,74.

Conforme o **Valor** informou na segunda-feira, com o fim das negociações com a AES Tietê por Alto Sertão III e o agravamento da situação da Renova, a Light iniciou conversas com os sócios-fundadores da empresa para venda de sua participação na geradora. O negócio, firmado pelo valor simbólico de R\$ 1, foi concluído na terça-feira.

Com o negócio, o bloco de controle passou a ter a seguinte composição: CG I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, dos sócios-fundadores, (36,23%) e Cemig (36,23%).

Segundo uma fonte, porém, a transação pode gerar um questionamento à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) sobre a atuação da Light no caso. Isso porque, de acordo com ela, a elétrica fluminense já tinha conhecimento de que a Renova entraria com pedido de recuperação judicial. Até o momento, não há informação de queixa protocolada na autarquia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/10/2019

Seção: Empresas

Autor: Marcelle Gutierrez — De São Paulo

Título: Alcoa tem prejuízo de US\$ 221 mi no 3º tri

A receita recuou 24,3%, para US\$ 2,57 bilhões, na comparação anual

A fabricante de alumínio Alcoa encerrou o terceiro trimestre de 2019 com prejuízo de US\$ 221 milhões, bem acima dos US\$ 6 milhões registrados no mesmo período do ano passado. O prejuízo por ação ficou em US\$ 1,19, contra US\$ 0,03 no ano passado.

O resultado líquido foi impactado por itens especiais no montante de US\$ 139 milhões, incluindo US\$ 134 milhões de encargos associados à venda das instalações Avilés e La Coruña, na Espanha, e US\$ 37 milhões em custos da reestruturação para implementar o novo modelo operacional da companhia.

Também considerando a base anual, a receita recuou 24,3%, para US\$ 2,57 bilhões.

O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) ajustado somou US\$ 388 milhões, queda de 54% ante o mesmo período do ano passado.

O novo modelo operacional da companhia entra em vigor em 1º de novembro deste ano e resultará em uma estrutura corporativa mais enxuta, por meio da eliminação da estrutura de unidade de negócios e consolidação das vendas,

compras e recursos comerciais. O novo modelo deve resultar em uma economia anual de aproximadamente US\$ 60 milhões em custos operacionais a partir do segundo trimestre de 2020.

A empresa também anunciou a venda de ativos não estratégicos que devem render entre US\$ 500 milhões e US\$ 1 bilhão.

No pós-mercado da Bolsa de Nova York (Nyse), as ações da Alcoa subiam 6,73%, a US\$ 20,45, no início da noite no horário de Brasília. Os papéis fecharam o pregão regular de ontem em queda de 1,54%, a US\$ 19,16.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/10/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

EDP obtém licença

A EDP Energias do Brasil informou que a subsidiária EDP Transmissão SP-MG recebeu ontem do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) a licença de instalação da linha de transmissão LT 500 KV SE Cachoeira Paulista - SE Estreito. A obtenção da autorização estava prevista originalmente para até fevereiro de 2020. A linha, com 375 quilômetros, foi arrematada em leilão de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica ocorrido em 2017.

Petróleo sobe

O petróleo fechou ontem em alta, recuperando parte das perdas semanais. Os contratos do barril do Brent para dezembro fecharam em alta de 1,14%, aos US\$ 59,42. O barril do WTI para novembro subiu 1,03%, a US\$ 53,36.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/10/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho e Rodrigo Polito — Do Rio

Título: Petroleiras miram termelétricas a gás

O setor elétrico entrou de vez no radar das grandes petroleiras, ávidas por encontrar uma maneira de monetizar suas reservas de gás natural no país.

Embaladas pelo processo de abertura do mercado brasileiro de gás, empresas como Shell, Equinor e Petrobras sinalizam para investimentos em termelétricas próprias, como forma de absorver os volumes que elas produzirão no pré-sal, nos próximos anos. A BP, que atua na importação de gás natural liquefeito (GNL), também quer se estabelecer como agente do setor de energia no país. Nesse sentido, o leilão A-6 de amanhã, na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) em São Paulo, que contratará projetos de geração de energia para entrega daqui a seis anos, desponta como uma oportunidade de negócios para as petroleiras.

Shell e GNA (que tem a BP como sócio), por exemplo, têm projetos inscritos para a licitação. A disputa, contudo, promete ser acirrada. O **Valor** apurou com fontes do governo e do mercado que, devido à baixa demanda das distribuidoras de energia, apenas uma ou duas usinas devem ser contratadas no leilão, dentre os 26 projetos de termelétricas a gás habilitados. Ou seja, é muito investidor para pouca demanda por projetos.

GNA (BP/ Siemens / Prumo Logística), Shell e a Golar, donas dos três maiores projetos privados de geração em construção no país, atualmente, estão em busca de novos contratos, na tentativa de ampliar seus respectivos complexos termelétricos. Grandes geradoras de energia, com expertise na área de gás, como a Engie e a Eneva, também estão no páreo.

A Shell participará da licitação com um projeto de expansão da termelétrica Marlim Azul (565 megawatts), em Macaé (RJ), onde a multinacional possui uma fatia de 29,9%, em sociedade com o Pátria Investimentos (50,1%) e a Mitsubishi (20%). A usina, prevista para 2023, foi um primeiro passo dado pela companhia para monetizar sua parcela de gás no pré-sal.

Sócia da Petrobras nos campos Lula e Sapinhoá, a Shell é a segunda maior produtora do Brasil, com volumes de 15 milhões de metros cúbicos diários (m³/dia) - o equivalente a 11% de todo o volume produzido no país. Hoje, esses recursos são vendidos para a estatal, mas a petroleira brasileira se comprometeu junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) a não renovar seus contratos para compra de gás de terceiros. A medida abre oportunidades para que empresas como a Shell se consolidem como fornecedoras. Para a expansão de Marlim Azul, por exemplo, a ideia é abastecer a usina com parte do gás que a Petrobras deixará de comprar da multinacional nos próximos anos.

Ao menos outras duas grandes petroleiras tentam replicar a estratégia da Shell, de monetizar suas produções por meio da geração de energia. Na semana passada, a norueguesa Equinor e a Petrobras, sócias na descoberta de gás de Pão de Açúcar, na Bacia de Campos, assinaram um memorando de

entendimentos para desenvolvimento conjunto de negócios de gás, incluindo projetos termelétricos.

A brasileira busca oportunidades no setor de energia, não só como geradora, mas também como fornecedora de gás para usinas de terceiros. “Olhamos sim [o leilão A-6]”, afirmou a diretora de refino e gás da companhia, Anelise Lara, em agosto. A empresa não confirma se participará ou não da licitação de amanhã. Questionada sobre o assunto, a Petrobras respondeu que vem avaliando os leilões de energia “através de projetos e parcerias estruturadas, buscando maximizar o valor do seu portfólio de gás”, mas que não comenta oportunidades específicas.

BP, uma das sócias da Gás Natural Açú (GNA), também busca no leilão A-6 um mercado para seu produto importado. A companhia será a supridora das duas usinas em construção pela GNA no Porto do Açú, em São João da Barra (RJ), num total de 3 mil MW. A geradora inscreveu mais dois projetos, num total de 2,2 mil MW, para o A-6.

Terceira maior produtora de gás do Brasil, atrás apenas da Petrobras e da Shell, a Eneva é outro exemplo de produtora que vem buscando oportunidades de expansão de seus negócios no setor de energia. Maior geradora termelétrica privada do país, a companhia possui 1,4 mil MW instalados em usinas a gás, no Complexo Parnaíba, no Maranhão, e outros 500 MW em construção, no Maranhão e em Roraima. A empresa, no entanto, segue ativa na exploração de gás terrestre e inscreveu, para o leilão de amanhã, um projeto de 270 MW no Parnaíba. Com custos de produção baixos, em relação ao pré-sal e GNL, a Eneva desponta como uma das favoritas para a licitação desta semana.

“O setor elétrico, sem dúvida, pode ser uma âncora para produzir demanda para o setor de gás, mas o volume a ser absorvido vai depender da declaração das distribuidoras no leilão, que segue uma lógica econômica”, afirma o presidente da consultoria PSR e ex-presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Luiz Augusto Barroso.

A consultoria Thymos Energia estima que a demanda do leilão será de 500 a 600 megawatts (MW) médios. Segundo ela, o volume esperado é inferior aos dos leilões realizados em anos anteriores. “A demanda modesta se deve, em parte, a incerteza sobre a retomada econômica. Ainda assim, há distribuidoras que precisam adequar o portfólio, que tiveram aumento na demanda ou que possuem contratos próximos do vencimento e precisam recontratar fornecedores”, diz o gerente na Thymos Energia, Sami Grynwald, em nota.

O leilão de amanhã será disputado também por grandes empresas do setor de GNL. A Golar, sócia da Ebrasil na Celse, responsável pela construção da usina

Porto de Sergipe (1,5 mil MW), em Barra dos Coqueiros (SE), vai participar com três projetos, no Sergipe e Pará, todos em sociedade com parceiros distintos, num total de 2,4 mil MW. Um deles é a expansão da térmica sergipana. A francesa Engie também pretende participar do leilão com um projeto de 600 MW, a GNL, em Santa Catarina.

Além de térmicas a gás, o leilão contratará energia de outras fontes. Entre os 71 mil MW habilitados, a maior parte é de projetos de energia solar (24,7 mil MW), seguida de eólicas (22,5 mil MW).

“É um privilégio termos um ambiente com tamanha competição e diversificação de fontes. Isso reflete o amadurecimento da indústria e a atração de investidores de diversos tipos. São empresas que não vieram para cá [Brasil] para participar de um leilão apenas”, afirma o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales.

O momento de abertura do mercado movimenta não só a iniciativa privada, mas também dos Estados. O governo do Rio de Janeiro, por exemplo, está implementando um novo marco regulatório para o mercado livre de gás natural, com regras mais atrativas a novas termelétricas, e anunciou recentemente a intenção de implementar um diferimento de alíquota de ICMS sobre o gás consumido pelas usinas no Estado. Não à toa, um terço de toda a capacidade de geração térmica a gás habilitada no leilão A-6 está no Rio, que concentra ainda boa parte da infraestrutura de escoamento e processamento do gás do pré-sal. O Estado do Sergipe também criou um marco legal na mesma direção.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/10/2019

Seção: Brasil

Autor: Andrea Jubé — De Brasília

Título: Relator do Orçamento diz aguardar pacote de corte de despesas

Deputado pede pressa ao governo para não atrasar o calendário de votação da proposta no Congresso

O relator do projeto de lei do Orçamento de 2020, deputado Domingos Neto (PSD-CE), disse ao **Valor** que tentará aguardar o pacote de redução de despesas do governo, prometido pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, para somente depois apresentar o seu relatório preliminar. Mas ele pediu pressa ao governo para não atrasar o calendário de votação da proposta no Congresso. Neto reuniu-se ontem com o presidente Jair Bolsonaro para discutir a peça orçamentária.

Segundo Neto, ele tentou sensibilizar Bolsonaro sobre a necessidade de o governo apressar o pacote de medidas provisórias que visem à redução de gastos para não atrasar o calendário de apresentação do relatório preliminar. Neto ponderou que se ele tem conhecimento de que o governo enviará uma mensagem modificativa à proposta orçamentária elevando a margem de investimentos, é prudente esperar mais um pouco para apresentar a versão preliminar do relatório.

A proposta enviada pelo governo prevê apenas R\$ 19 bilhões em investimentos. Contudo, fontes do Ministério da Economia fazem projeções de que a redução das despesas pode alcançar economia de R\$ 10 bilhões a R\$ 12 bilhões.

Neto ponderou que a proposta de extinguir a multa adicional de 10% do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) já é pública, tendo sido anunciada pelo secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, e pode abrir uma folga estimada em R\$ 6 bilhões no teto de gastos. Isso porque os recursos da multa adicional deixam de passar pela conta única do Tesouro Nacional.

Com isso, não são computados dentro do limite máximo de despesas do governo. Waldery já afirmou que essa matéria constará da mensagem modificativa do orçamento que o governo enviará ao Congresso. Outro item que deve constar da peça é a receita estimada com os leilões da cessão onerosa do pré-sal, cujas parcelas iniciais devem entrar no ano que vem.

Bolsonaro se sensibilizou com o apelo do relator e telefonou para o ministro Paulo Guedes durante a reunião, que também contou com a presença do ministro da Secretaria de Governo, Luiz Eduardo Ramos, e do líder do governo na Câmara, Major Vitor Hugo (PSL-GO). No fim da tarde, Guedes se reuniu com Bolsonaro no Planalto.

Domingos Neto observa que ele poderia apresentar o relatório preliminar no fim do mês, mas, com a promessa do governo de enviar este pacote de redução de despesas, a divulgação do documento deve ser adiada para meados de novembro.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/10/2019

Seção: Brasil

Autor: Marcos de Moura e Souza — De Belo Horizonte

Título: Zema projeta obter R\$ 50 bilhões com privatizações e negocia empréstimo

Minas Gerais talvez leve ainda uma década para reequilibrar suas contas. A previsão é do governador Romeu Zema (Novo), que assumiu o cargo em janeiro com R\$ 34,5 bilhões em restos a pagar e com um buraco no Orçamento de R\$ 15 bilhões. E ainda que demorada, diz ele, a única saída para Minas é aderir ao regime de recuperação fiscal, do governo federal, que permite que Estados quebrados deixem de pagar por três anos o serviço da dívida que têm com a União. No caso de Minas, isso representaria uma economia anual de R\$ 8 bilhões.

Em contrapartida, Zema terá reduzir gastos e, principalmente, vender estatais. Na semana passada, ele enviou para a Assembleia Legislativa o primeiro projeto de privatização: da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig), dona de uma mina de nióbio e sócia de um grupo privado que é o maior player global nos negócios com o minério. Além da Codemig, Zema planeja vender Cemig (energia elétrica), Gasmig (distribuição de gás) e Copasa (saneamento). Ele estima que pode obter até R\$ 50 bilhões com a venda das empresas.

Zema saiu do mundo empresarial direto para a gestão pública. Foi eleito no ano passado associando sua imagem à do presidente Jair Bolsonaro (PSL), de quem diz ser um aliado. A seguir os principais trechos da entrevista que o governador concedeu ontem ao **Valor** no Palácio Tiradentes:

Valor: *Quando as contas de Minas Gerais sairão do vermelho? Quando o Estado deixará de ter orçamentos deficitários?*

Romeu Zema: Voltar ao zero a zero ou ter superávit é algo que vai ocorrer no horizonte de seis a dez anos. Estamos falando hoje de um rombo [déficit no Orçamento deste ano] de R\$ 15 bilhões. Esse rombo vai ser reduzido gradualmente.

Valor: *Isso se dará somente se Minas aderir ao regime de recuperação fiscal, do governo federal, e se a reforma da Previdência incluir Estados e municípios?*

Zema: Quando eu falo em superávit, me refiro a um superávit estrutural. Mas antes virão recursos extraordinários das vendas das estatais e esses recursos vão, de certa forma, servir para equilibrar as contas nesse período. Estruturalmente, no entanto, o Estado estará viável num horizonte de seis a dez anos. Vai depender do crescimento econômico e também do sucesso das medidas que estamos propondo.

Valor: *Quanto Minas espera obter com a venda da Codemig, da Cemig, da Gasmig e da Copasa?*

Zema: O que a Secretaria do Tesouro Nacional exige e o que está nas planilhas que apresentamos para os líderes na Assembleia Legislativa é o valor contábil, o patrimônio líquido [das empresas]. Juntas, essas empresas hoje estariam avaliadas na faixa dos R\$ 20 bilhões e pouco. Mas, quando se vende o controle de uma empresa, o valor dessa empresa tem um upgrade. Então, do nosso ponto de vista, essas empresas teriam condição de ter um valor que vai variar - a depender da época, do mercado -- de R\$ 35 bilhões a R\$ 50 bilhões.

Valor: *Quando seria razoável, na sua avaliação, que os deputados mineiros autorizassem essas privatizações?*

Zema: O ideal seria o primeiro trimestre de 2020. Isso para as quatro empresas. O ideal seria que até março estivesse tudo aprovado. Isso seria o ideal, o mundo dos sonhos. Caso não tenhamos o mundo dos sonhos, vamos para o mundo real. O primeiro semestre ainda seria um bom cenário. Se for para ser aprovado daqui um ano, já seria algo que começaria a dificultar. Mas eu trabalho com o cenário de que em março ou abril a Assembleia consiga levar adiante aprovação desses projetos.

Valor: *O sr. tem conversado com potenciais interessados nas estatais mineiras? Avalia que há apetite no mercado em relação a essas empresas?*

Zema: Eu sempre converso com analistas do mercado financeiro, com investidores e há interesse sim, porque é uma boa empresa que foi mal gerida. Não falo apenas da Cemig, das outras também. A Copasa também gera uma insatisfação enorme no interior do Estado.

Valor: *E por que a Cemig não tem desempenho melhor? Falta dinheiro para investir?*

Zema: Porque ela foi exaurida nos últimos anos. Pagou mais dividendos do que deveria pagar, pagou antecipadamente ICMS ao governo passado para poder atender às demandas de um Estado falido. E, além disso, se transformou em um cabide de empregos. Não culpo a empresa nem os funcionários. Culpo o sistema no qual ela está inserida. Ela é uma empresa que está sempre aberta a interferências e a pressões políticas. E nós temos que lembrar que o Estado é o principal acionista e uma empresa como a Cemig precisa de recursos para

investir. O Estado não tem nenhuma condição de integralizar recursos. O dono está falido. Então, o que esperar dessa empresa em relação a investimentos?

Valor: *Além das privatizações, seu governo tenta levantar no mercado entre R\$ 5 bilhões a R\$ 6 bilhões - por meio de uma operação que anteciparia receita que a Codemig tem a receber da venda de nióbio. Os bancos estão interessados?*

Zema: A última informação que eu tenho é que já havia mais de 30 instituições financeiras que pediram acesso ao dataroom. Já há conversas em andamento e em estágio avançado. Devemos fazer [essa operação] no fim do ano. Estamos aguardando aprovação da Assembleia. Esse recurso vai possibilitar um equilíbrio temporário. Vamos conseguir pagar folha sem parcelamento e vamos conseguir também quitar o 13º salário. Mas em janeiro vamos começar a pagar R\$ 7,3 bilhões que o último governo não repassou para os municípios. Estamos contando com os recursos das privatizações, inclusive, para isso.

Valor: *Se a reforma da Previdência não incluir Estados e municípios, o sr. vai propor o aumento do tempo de contribuição dos servidores mineiros e o aumento da contribuição previdenciária paga por eles de 11% para 14%?*

Zema: Sim, isso será feito. Vários Estados já fizeram isso. Se alguém tem de fazer um sacrifício, esse alguém não é o faxineiro nem a cozinheira, que muitas vezes ganham um salário mínimo ou um pouco mais do que isso. Esse alguém é aquele que ganha muito mais e que tem estabilidade. Mas eu continuo otimista que a reforma da Previdência vai contemplar os Estados.

Valor: *Seu governo não tem maioria na Assembleia e 2020 é ano de eleição, o que tende a dificultar aprovação de pautas impopulares - como privatizações e eventuais mudanças na Previdência. O que o faz acreditar que seus projetos passarão na Assembleia?*

Zema: Quando não há outra solução, você acaba sendo obrigado a trilhar determinado caminho mesmo que não goste. Esse é um ponto. O segundo ponto é que os prefeitos estão muito ansiosos para que isso seja aprovado. Porque a reposição dos valores [os R\$ 7,3 bilhões] das prefeituras só vai ser viável com o regime de recuperação fiscal, que inclui as privatizações. Se os deputados têm uma visão diferente, me parece que é uma visão que não está convergindo com a visão dos prefeitos.

Valor: *Sobre o governo Bolsonaro: que avaliação o senhor faz desses dez meses?*

Zema: O governo Bolsonaro me agrada muito. Há muito tempo no Brasil não via um governo patriota, um governo com pessoas competentes. O governo tem uma pauta liberal para a economia, da mesma forma que nós temos aqui em Minas Gerais. Agora, o governo federal foi infeliz em algumas declarações. Eu também, em alguns momentos, falei algumas coisas que não deveriam ter sido ditas ou que foram mal interpretadas. Tirando alguns ruídos na comunicação, eu diria que o governo federal está indo muito bem e tem tudo para fazer um grande governo e eu me sinto aliado do governo.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 17/10/2019

Seção: Colunas

Autor: Aline Bronzati, Cynthia Decloedt e Fernanda Guimarães

Título: » Biodiversidade.

Coluna do broadcast

O Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) obteve a adesão de 10 empresas associadas para o Compromisso Empresarial Brasileiro para a Biodiversidade, que define nove metas para serem cumpridas até 2030 com foco em prevenção, mitigação, compensação e geração e compartilhamento de informações. O documento será lançado no dia 29, em evento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, no Rio de Janeiro, que reunirá especialistas em biodiversidade do mundo inteiro com o objetivo de estabelecer métricas para a biodiversidade e ajudar a construir um acordo global para COP-15, na China, em 2020.

» Antenadas. Com a adesão, Anglo American, Boticário, BRK, Eletrobras, Equinor, Furnas, Natura, Shell, Suzano e Votorantim Cimentos inserem a conservação da biodiversidade nas suas estratégias de negócios e se comprometem, por exemplo, a mensurar seu impacto e dependência dos serviços ambientais. Fazem parte das metas ainda prevenir, mitigar, recuperar e compensar impactos à biodiversidade ao longo do ciclo de vida dos empreendimentos. Cada empresa signatária deve fechar compromisso com, no mínimo, três das 9 metas. O CEBDS divulgará então os resultados das ações realizadas, com acompanhamento regular anual.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 17/10/2019

Seção: Mercado

Autor: REUTERS | SÃO PAULO

Título: Governo propõe 2 leilões para termelétricas

O Ministério de Minas e Energia decidiu mudar proposta de realização em 2020 de leilão para contratar termelétricas, passando agora a prever duas licitações com esse fim, ambas em 31 de março de 2020.

Um leilão será no formato conhecido como A-4, para entrega dos empreendimentos a partir de 2024, enquanto o outro será um A-5, com prazo de cinco anos para a implementação dos projetos.

A proposta do governo para as licitações, que serão realizadas “sequencialmente”, tem como objetivo possibilitar a substituição de usinas a diesel antigas, cujos contratos vencerão nos próximos anos, por unidades mais eficientes e menos poluentes a gás natural e carvão. A concorrência oferecerá contratos para a venda da energia por 15 anos para os empreendimentos vencedores.

Poderão participar tanto usinas existentes, que poderão investir em “retrofit” para aumentar a eficiência e na troca de combustível por opções de menor emissão, quanto novos projetos de gás e carvão.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 17/10/2019

Seção: Mercado

Autor: Fábio Pupo e Thiago Resende

Título: Governo pede R\$ 41 bi para bancar de cessão onerosa a carros de Bolsonaro

Ações para a Presidência e Vice-Presidência receberão R\$ 5,3 mi; valor específico para veículos não é mencionado nos documentos

Brasília O governo enviou na terça-feira (15) ao Congresso 18 pedidos de abertura de crédito para reforçar programas já previstos no Orçamento ou criar novas ações. As solicitações somam R\$ 41 bilhões e bancam de investimentos de estatais a carros da Presidência da República.

O maior pedido é de um crédito de R\$ 34,6 bilhões para pagar a Petrobras pela revisão do contrato da cessão onerosa, medida que tem como objetivo criar segurança jurídica para o megaleilão de excedentes do pré-sal. Os recursos virão do pagamento das empresas vencedoras do leilão, programado para novembro.

Outra solicitação é de um crédito suplementar de R\$ 691 milhões para reforçar ações já previstas no orçamento de estatais. No BNDES, por exemplo, os recursos vão para obras na sede no Rio de Janeiro e, na Petrobras, para operações em campos de petróleo.

Uma primeira leva de dez pedidos somava R\$ 1,6 bilhão em créditos, mas o governo fez mais oito solicitações no fim da noite de terça (15).

Um dos pedidos em particular soma R\$ 561,6 milhões, para destinações como atro-ca de veículos para o presidente Jair Bolsonaro.

Nesse caso, o texto do pedido diz que o objetivo é “o custeio de despesas com segurança institucional do presidente, do vice-presidente, de seus familiares, e de outras autoridades, relacionadas a viagens, bem como despesas com material, instalações e substituição de veículos devido ao desgaste normal de uso”.

O valor a ser destinado especificamente aos carros não é mencionado nos documentos. Ao todo, as ações para a Presidência e Vice-Presidência receberão R\$ 5,3 milhões. Os recursos virão do cancelamentos do apoio à estruturação e desenvolvimento de projetos de concessões e parcerias público-privadas.

Do total dos pedidos feitos pelo Executivo ao Congresso, R\$ 45,7 milhões terão impacto no resultado primário (que exclui o pagamento da dívida). O restante vai impactar a despesa financeira ou será oriundo de remanejamento de recursos ou de outras ações.

Exemplo de ação cancelada é a do aporte que o governo faria na Eletrobras para possibilitar a privatização da empresa. AMP (medida provisória) enviada ao governo neste ano para fazer o pagamento não foi aceita pelo Congresso, e o governo desistiu da ideia, conforme antecipou a Folha.

Agora, o plano de privatização da companhia deve passar pela diluição da participação acionária da União. O montante que iria para a Eletrobras foi redirecionado em maior parte para aporte na estatal Petróleo Brasileiro S/A (PPSA).

A estruturação da PPSA, recém-criada, foi uma exigência do TCU (Tribunal de Contas da União) neste mês para dar aval ao edital do megaleilão da cessão onerosa, marcado para o dia 6 de novembro e que pode render à União até R\$ 106 bilhões em pagamentos feitos pelas empresas vencedoras (valor que deverá ser dividido entre Petrobras, União, estados e municípios).

Os dez pedidos foram feitos pelo governo nesta terça, último dia permitido pela LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) para as solicitações. A limitação tem como justificativa dar tempo para as análises do Congresso antes do fim do ano. Mas o governo pretende postergar a data. Um projeto de lei já foi enviado ao Congresso para adiar o prazo para 14 de novembro.

A intenção do governo com o adiamento é ter mais certeza dos recursos disponíveis após o leilão da cessão onerosa, marcado para daqui a cerca de três semanas. Na prática, o texto enviado pelo governo permitiria a extensão do prazo para a abertura de qualquer tipo de crédito suplementar ou especial.

Os recursos oriundos da cessão onerosa podem fazer o governo ter recursos em sobra ao fim do ano.

A equipe econômica traçou diversos cenários para o resultado do leilão. Nas contas mais conservadoras, o governo poderá obter neste ano R\$ 52,5 bilhões, mais R\$ 17,5 bilhões no próximo ano.

Desse montante estimado para 2019, R\$33 bilhões teriam de ser pagos à Petrobras pela própria revisão do contrato.

Restariam R\$ 19,5 bilhões que ainda teriam de ser divididos com estados e municípios. Líquidos, portanto, o governo teria cerca de R\$ 13 bilhões para uso em outras despesas ou no cálculo do resultado primário de 2019.

A extensão do prazo para que o governo possa pedir abertura de créditos também pode servir para atender uma demanda de senadores, próximos a concluir o segundo turno da reforma da Previdência.

Uma ala do Senado quer o mesmo tratamento dado a deputados, que devem receber emendas parlamentares como moeda de troca por terem aprovado a reestruturação nas regras de aposentadoria.

As emendas são forma de destinar recursos para obras em bases eleitorais de congressistas. Para isso, o Palácio do Planalto enviou em agosto um projeto de lei de abertura de crédito. A medida deve liberar R\$ 2 bilhões em recursos.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 17/10/2019

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Presidente da Eletrobras diz que estatal está pronta para privatização

Proposta do governo prevê a injeção de até R\$ 10 bilhões na companhia, sendo R\$ 4 bi da União

Rio de Janeiro O presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Junior, disse nesta quarta (16) que a proposta de aumento de capital aprovada pelo governo na terça limpa o balanço da empresa e deixa a estatal pronta para a privatização.

A proposta do governo prevê a injeção de até R\$ 10 bilhões na companhia —R\$ 4 bilhões virão da União, que controla a estatal, por meio da conversão de adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (Afacs) concedidos em 2016 em novas ações. O restante virá de acionistas privados.

“Esse é um movimento que prepara de forma definitiva a Eletrobras para o processo de privatização que já foi anunciado pelo governo”, disse Ferreira Junior. Discutida desde o governo Michel Temer, a privatização da Eletrobras é também uma das prioridades do governo Jair Bolsonaro.

Segundo o presidente da companhia, o aumento de capital limpa o balanço e melhora a capacidade de investimento da companhia. Para convencer os acionistas, a empresa acena com dividendos.

“[A operação] pode nos estimular a fazer uma avaliação da possibilidade de reversão dos dividendos detidos”, disse aos analistas o executivo. Ao anunciar o lucro de R\$ 13,3 bilhões em 2018, a estatal reteve o pagamento de R\$ 2,3 bilhões, alegando não ter dinheiro em caixa para distribuir o mínimo estabelecido em lei.

O modelo anunciado pelo governo prevê que outra parcela de dividendos, equivalente a R\$ 1,2 bilhão, possa ser usada pelos acionistas em troca de ações na operação. Segundo Ferreira Junior, essa possibilidade livra a Eletrobras de ter que desembolsar o valor devido aos acionistas.

As novas ações da estatal serão vendidas a R\$ 35,72, no caso das ordinárias (com direito a voto) e R\$ 37,50, as preferenciais. Segundo a empresa, os valores referem-se à média ponderada do fechamento dos 30 dias anteriores a 7 de outubro, com deságio de 15%.

A União tem 40,99% das ações da estatal e não terá sua participação diluída no processo. Pelo contrário: se todos os minoritários aderirem, a fatia do governo subirá para 42,59%.

A diluição deve ocorrer no processo de privatização, em discussão com o Congresso.

A ideia, neste caso, é vender novas ações só para sócios privados, reduzindo a fatia estatal a uma posição minoritária. Na teleconferência, Ferreira Junior defendeu que há apoio político para a privatização.

Ele disse que a entrada de novos recursos já no processo de aumento de capital pode ajudar a Eletrobras a fazer novos investimentos.

Ele destacou que a empresa vem reduzindo custos e cortando pessoal. A empresa lançou novo plano de demissão consensual, com meta de atingir 1.681 funcionários. O plano tem custo estimado de R\$ 548 milhões com benefícios e economia esperada em R\$ 510 milhões por ano.

O aumento de capital será levado à votação dos acionistas em assembleia no dia 14 de novembro e a expectativa da empresa é concluir a operação até dezembro.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 17/10/2019

Seção: Especial

Autor: Carlos Madeiro

Título: Salles diz que não sabe quantidade de óleo que ainda existe no mar e pode surgir em praias

O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, afirmou nesta quarta (16), em Maceió, que não é possível saber quanto ainda existe de óleo no mar nem como prever se novas manchas aparecerão no litoral nordestino. Salles fez um sobrevoo nesta tarde sobre os litorais de Alagoas e Bahia para conferir as novas manchas de petróleo. O óleo tem aparecido no litoral nordestino desde o dia 2 de setembro, sem que o governo e pesquisadores consigam descobrir a origem e local do vazamento.

“Ao que tudo indica é o mesmo óleo [das novas manchas] que as correntes marítimas, a movimentação de marés, move e faz com que ele toque na costa e retroceda. Mas não sabemos quanto desse óleo está no mar. Então, ele toca na praia e a gente retira para evitar que ele volte ao mar”, disse.

“Se é óleo vazando do fundo do mar, não é do fundo do mar brasileiro, porque é venezuelano; ou seja, se tiver, está vindo de poço distante. A hipótese mais provável, mas não é a única, é que tenha vazado de um navio, seja durante transporte de um para o outro, seja uma avaria ou despejamento.”

Ainda segundo o ministro, é necessário o empenho de todos os órgãos dos governos federal, estadual e municipal para dar respostas ao desastre ambiental na região.

“Não é o município sozinho, o estado ou o governo federal que vai resolver o problema. Todos estão atuando juntos, como temos feito desde o dia 2 de setembro”, afirmou.

Sobre a visita desta quarta, ele afirmou que viu muitas manchas de óleo, como a grande que apareceu de terça para quarta, em Japaratinga (AL), e que as medidas estão sendo tomadas em todas as áreas.

Petrobras diz que já retirou mais de 200 t de óleo

A Petrobras informou que já recolheu mais de 200 toneladas de resíduos oleosos em praias do Nordeste. Segundo a companhia, cerca de 1.700 agentes estão envolvidos nas operações

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 17/10/2019

Seção: Especial

Autor: Franco Adailton

Título: Manchas de óleo maiores chegam a Salvador e atingem oito praias

Pelo menos 22 toneladas do produto foram retiradas do litoral durante oito horas em trecho de pouco mais de um quilômetro

Novas e maiores manchas de óleo apareceram em Salvador, e o número de pontos da capital baiana atingidos pelo derramamento, ainda de causa desconhecida, subiu para oito nesta quarta-feira (16).

Pelo menos 22 toneladas de óleo foram retiradas pela Limpurb (Empresa de Limpeza Urbana) de Salvador durante oito horas num trecho de pouco mais de um quilômetro, desde a praia da Pituba até a do Jardim dos Namorados. As manchas também chegaram até as praias de Jardim de Alá e Boca do Rio.

Entre quinta (10) da semana passada, quando o óleo surgiu em Salvador, e segunda(is), a cidade havia retirado apenas 37 quilos do produto. As praias do Flamengo, Stella Mares, Piatã e Jaguaribe foram as primeiras afetadas.

A limpeza começou com 80 agentes na manhã desta quarta, número que subiu para 375 depois que novas aparições foram comunicadas, segundo o presidente da Limpurb, Marcus Passos, que também faz parte do Centro de Comando Unificado de Incidentes.

Criado no dia 11, o centro é formado pelo Inema (Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos), que faz parte da secretaria estadual do Meio Ambiente, pelo Ibama, pela Sudec (Superintendência de Proteção e Defesa Civil do Estado) e pela Bahia Pesca.

Também fazem parte do grupo os Ministérios Públicos Estadual e Federal, os Institutos de Biologia e de Geociências da Bahia (UFBA) e prefeituras de oito municípios.

“Assim que surgiram os primeiros relatos, demos uma resposta rápida. O óleo foi isolado em contêineres para ser encaminhado ao Ibama, que deverá dar uma destinação final”, afirmou o gestor da Limpurb. Ele aposta que a quantidade de óleo coletada em Salvador deverá ser ainda maior.

De acordo com a Limpurb, por se tratar de uma substância densa, o material se mantém abaixo da linha da água do mar, o que dificulta o avistamento durante os sobrevoos feitos entre Salvador e Morro de São Paulo.

“Apesar de termos tido um pico de maré alta, vamos continuar o trabalho de limpeza agora à noite, nas praias com melhor iluminação”, disse Passos. “A quantidade coletada deverá subir, já que ainda falta pesar alguns caminhões.”

VEÍCULO: O Globo

Data: 17/10/2019

Seção: Rio

Autor:

Título: União aponta cinco medidas do ajuste fiscal que o estado não cumprirá

Revisão da metodologia de cálculo de preço do gás natural

A proposta: O estado solicitaria a revisão do preço de referência do gás natural entre 2019 e 2025 à Agência Nacional do Petróleo (ANP), para valores maiores que os inicialmente previstos. Como o Rio é o maior produtor de gás do país, o aumento no preço se refletiria em mais arrecadação, por meio de participações especiais e royalties. A expectativa da ANP era que o metro cúbico do gás custasse R\$ 0,68 em 2019; R\$ 0,77 em 2022; e R\$0,81 em 2025. Os valores pretendidos eram R\$ 1,27 em 2019; R\$1,45 em 2022 e R\$ 1,60 em 2025.

Impacto previsto entre 2017 e 2020: R\$ 1,076 bilhão

Porque não deu certo: De acordo com a resolução do Conselho de Supervisão de Regime de Recuperação Fiscal, a ANP entendeu que não havia condições para a mudança.

Antecipação da prorrogação dos contratos de concessão da CEG e da CEG-Rio

A proposta: O estado anteciparia de 2027 para 2017 a renovação dos contratos com as duas empresas para distribuição de gás canalizado. Os valores seriam pagos na íntegra em 2017.

Impacto entre 2017 e 2020: R\$ 800 milhões.

Por que não deu certo: As concessionárias "manifestaram interesse em continuar na prestação do serviço", mas apontaram "a existência de incertezas" que dificultavam a avaliação financeira da proposta.

Concessão de linhas de ônibus intermunicipais:

A proposta: Os contratos de concessão de cerca de cem linhas que transportavam 2 milhões de passageiros em 2017 seriam atualizados. A expectativa era que a medida rendesse R\$ 1,36 bilhão até 2023.

Por que não deu certo: O Ministério Público moveu um processo contra o Detro, por não concordar com as regras do processo, o que atrasou um estudo para as licitações.

Securitização da dívida ativa:

A proposta: O estado ofereceria a investidores a possibilidade de comprar papéis, de olho numa arrecadação de R\$ 100 milhões. Essa quantia correspondia à receita esperada com pagamentos da Dívida Ativa entre março de 2016 e fevereiro de 2022, e

Impacto entre 2017 e 2020: R\$ 626,5 milhões

Por que não deu certo:

Um documento do conselho afirma que a medida foi suspensa devido ao cenário macroeconômico provocado pela crise.

Extinção de estatais estaduais

A proposta: Seis das 16 empresas públicas e sociedades de economia mista do governo do estado deixariam de existir. O plano não identificava os alvos da medida, devido à possibilidade de "impactar o andamento dos procedimentos administrativos e legais necessários". A Cedae não entrava nessa conta já que não seria extinta, mas privatizada.

Impacto entre 2017 e 2020: R\$ 610,6 milhões

Porque não deu certo: Uma lei publicada em novembro de 2018 proibiu a extinção de 21 órgãos estaduais, entre universidades, sociedades de economia mista, empresas públicas e fundações. O conselho observou que o plano previa a extinção das estatais e que não há previsão de que a medida seria implementada pela atual gestão estadual.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 17/10/2019****Seção: Negócios****Autor: Amauri Segalla****Título: Calote de R\$ 1 bilhão em seis meses****Mercado s/a**

Três empresas do setor de combustíveis conseguiram a proeza de aumentar em mais de R\$ 1 bilhão o calote aos cofres paulistas em um período de seis meses, segundo dados da Procuradoria da Dívida Ativa de São Paulo. As empresas são a Refinaria de Manguinhos, cuja dívida aumentou R\$ 461 milhões entre abril e outubro (de R\$ 3,05 bilhões para R\$ 3,47 bilhões), a Petromais Distribuidora, que acrescentou mais R\$ 347 milhões em seu portfólio de impostos não pagos, e a Monte Cabral Distribuidora, que somou R\$ 231 milhões em sua dívida no mesmo período. Conhecidas devedoras de ICMS, essas empresas não recolhem o próprio imposto e o de substituição tributária, o que é considerado apropriação indébita. Os calotes podem estar com os dias contados. No caso de Manguinhos, o presidente do STF, Dias Toffoli, deve julgar em breve o pedido de inscrição estadual da refinaria em São Paulo. A medida não impedirá que a empresa atue no estado, mas a obrigará a recolher o imposto antes de entregar o combustível aos postos.

MME / ASCOM .